

ECONOMIA - Brasil

12 ABR 1991

Inflação e déficit público inibem a retomada dos investimentos no País

por Cynthia Malta
de São Paulo

O governo terá sérias dificuldades, talvez intransponíveis, para ajustar suas finanças, controlar a inflação e reverter o processo recessivo, que deverá aprofundar-se passados os próximos sessenta a noventa dias, usados pela indústria e o varejo para recompor seus estoques. Diante disso, projetos vultosos de investimentos, tanto no capital doméstico quanto do internacional, deverão surgir no País, a partir dos próximos dois a três anos.

A análise foi feita, ontem em São Paulo, durante o Brazil Forum, seminário promovido pelo World Economic Forum (WEF), fundação criada há vinte anos, na Suíça, com o objetivo de debater assuntos macroeconômicos. O encontro a portas fechadas, que termina hoje com a presença da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, reuniu cerca de 150 participantes, entre empresários, economistas e políticos.

"Houve uma discussão realista dos problemas", contou o presidente do conselho de administração da rede de lojas Mappin, Carlos Antônio Rocca, que participou como palestrante do painel Análise dos Cenários Econômicos Alternativos para o Brasil. "Estamos com uma tremenda recessão", disse Rocca. Em sua opinião, o aumento de vendas verificado na indústria e no varejo em março e abril deve-se a um movimento de recomposição de estoques. "Deve durar, no máximo, sessenta a noventa dias. Não enxergo nenhum fator para reverter esse processo recessivo."

Concorda com Rocca o diretor do maior grupo privado do setor siderúrgico do País, Frederico Johannpeter, que dirige as indústrias Gerdau. Ele conta que está operando apenas com 70% da capacidade instalada e exportando 40% da produção. Constatou, como Rocca, um aumento gradativo das encomendas por produtos siderúrgicos em março e abril, mas acredita tal retomada a um reajuste de estoques.

"A demanda per capita de aço ainda está muito



Frederico Gerdau
Johannpeter

baixa", disse Johannpeter, logo após ter participado das discussões sobre privatização (ver matéria nesta página). No início da década de 80, contou o executivo da Gerdau, a demanda per capita era de 110 quilos ao ano. No ano passado, caiu para 70 quilos.

O faturamento do grupo deverá repetir o do ano passado, US\$ 1 bilhão. O lucro ainda não está previsto. No ano passado foi de US\$ 6 milhões, ante US\$ 81 milhões em 1989. "Foi o pior resultado da década", disse Johannpeter. Sem perspectivas de ampliar a produção, o grupo Gerdau investirá neste ano US\$ 45 milhões, metade do que investiu no ano passado. Johannpeter disse ter sérias dúvidas sobre a capacidade do governo de controlar as finanças públicas. Além disso, o ex-presidente do Banco Central, Carlos Langoni, e o economista e deputado federal (PT), Aloizio Mercadante, também não acreditam que o governo consiga realizar um ajuste fiscal da magnitude do obtido no ano passado. Apontam como fatores de pressão a ausência de receita proveniente do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), a impossibilidade de criar ou aumentar impostos e a devolução dos cruzados novos a partir de setembro.

"O governo retém, em cruzados, o equivalente a US\$ 26 bilhões. Onde está esse dinheiro? O governo, caso devolva, terá de emitir. As expectativas serão

cada vez mais inflacionárias", disse Johannpeter. O diretor do grupo Gerdau justifica suas dúvidas em relação à capacidade de o governo obter superávit fiscal em 1991, lembrando o que ocorreu no ano passado. "Tenho dúvidas sobre o superávit do ano passado até ver os balanços das estatais. O governo não sabe o tamanho que tem", observou Johannpeter.

"As expectativas serão cada vez mais inflacionárias", acredita o diretor do grupo Gerdau que, juntamente com o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Mário Amato, e o presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Jacy Mendonça, chamou a atenção sobre a urgência de flexibilização de preços (ver matéria nesta página).

"Nós seremos parados", disse o presidente da Anfavea. "Estamos sem liberdade de negociar com os fornecedores e sem liberdade de resolver o problema do trabalhador", acrescentou. Mendonça estava se referindo ao pronunciamento do secretário especial de Política Econômica, Antônio Kandir, sobre o critério de reajuste de pre-

ços para as empresas que estão concedendo antecipações salariais. Essas empresas teriam seus pedidos de aumento de preços atendidos por último, segundo Kandir.

"Há uma má interpretação do governo. Pensam que é um ardil para pedir aumento de preços", disse Amato, também presente ao Brazil Forum. "Não acredito que o governo vá discriminar", observou o presidente da FIESP.

Rocca, professor de Economia na Fundação Getúlio Vargas, resume o pensamento dos empresários reunidos ontem: "A questão essencial é termos um mínimo de estabilização, com as regras do jogo estabelecidas". Para isso, Rocca lembra da necessidade de um acordo nacional, cujo fórum de debates deve ser o Congresso, para estabelecer prioridades de longo prazo para o País. "O projeto de Reconstrução Nacional é um bom começo." Com essa discussão encaminhada e o cenário econômico estabilizado, o capital deverá voltar a investir. O presidente do Citibank no Brasil, Antônio Borrali, por exemplo, prevê a retomada de novos investimentos dentro dos próximos três anos.